Mulheres proprietárias de terra da freguesia de umburanas: patriarcado e dote

Women landowners in the parish of Umburanas: patriarchy and dowry

Mujeres propietarias de tierras en la parroquia de Umburanas: patriarcado y dote

Andréa da Rocha Rodrigues Pereira Barbosa[1]

Caline Oliveira Santos[2]

Resumo: Com base em uma abordagem teórica, o artigo tem como objetivo discutir a condição das mulheres da freguesia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, diante do patriarcado, principalmente à luz das acepções de Pierre Bourdieu sobre a dominação masculina. Levando em consideração a temporalidade estudada, século XIX, foram discutidas as regras de comportamento imposta às mulheres e como tais regras fundamentaram, em nível macro, a sociedade dos oitocentos, sendo reproduzidas socialmente e, assim, tornando-as padronizadas, normalizadas e legitimadas. Discorremos sobre a constituição social que permeava as mulheres desde a infância até a morte, destacando instituições como família, religião e educação. Em termos metodológicos, optamos por um tratamento mais qualitativo que quantitativo das fontes. Analisando os inventários, abordamos a prática do dote, que condicionava o estabelecimento das uniões matrimoniais das mulheres; a cultura religiosa que produzia mentalidades em torno da morte e a — tutela masculina sobre a mulher nas representações judiciais.

Palavras-chave: Mulheres. Patriarcado. Dote. Nossa Senhora do Resgate das Umburanas-BA.

Abstract: Based on a theoretical approach, this article aims to discuss the condition of women in the parish of Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, in the face of patriarchy, mainly in light of Pierre Bourdieu's understanding of male domination. Taking into account the time period studied, the 19th century, we discussed the rules of behavior imposed on women and how these rules underpinned, at a macro level, the society of the 19th century, being socially reproduced and, thus, making them standardized, normalized and legitimized. We discussed the social constitution that permeated women from childhood until death, highlighting institutions such as family, religion and education. In methodological terms, we opted for a more qualitative rather than quantitative treatment of the sources. Analyzing the inventories, we addressed the practice of dowry, which conditioned the establishment of women's marital unions; the religious culture that produced mentalities around death and the male guardianship over women in legal representations.

Keywords: Women. Patriarchate. Dowry. Our Lady of Rescue of Umburanas-BA.

Resumen: A partir de un enfoque teórico, el artículo tiene como objetivo discutir la condición de las mujeres en la parroquia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, frente al patriarcado, principalmente a la luz de los conceptos de dominación masculina de Pierre Bourdieu. Teniendo en cuenta la temporalidad estudiada, el siglo XIX, se discutieron las reglas de conducta impuestas a las

[1] *Professora plena da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. E-mail: arrpbarbosa@uesfs.br*

[2] *Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Orcid: https://orcid.org/0009-0007-1778-4779. Orcid https://orcid.org/0000-0001-8376-1945. E-mail: Calineolivers2017@gmail.com*

mujeres y cómo dichas reglas fundaron, a nivel macro, la sociedad del siglo XIX, siendo reproducidas socialmente y, así, estandarizadas, normalizadas. y legitimado. Discutimos la constitución social que permeó a las mujeres desde la niñez hasta la muerte, destacando instituciones como la familia, la religión y la educación. En términos metodológicos, optamos por un tratamiento de las fuentes más cualitativo que cuantitativo. Analizando los inventarios, abordamos la práctica de la dote, que condicionó el establecimiento de uniones matrimoniales de mujeres; la cultura religiosa que produjo mentalidades en torno a la muerte y la tutela masculina sobre las mujeres en las representaciones judiciales.

Palabras clave: Mujeres. Patriarcado. Dote. Nuestra Señora del Rescate de Umburanas-BA.

Introdução

O artigo tem como intuito discutir a condição das mulheres da freguesia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, diante do patriarcado e como o dote estava presente na freguesia, para isto, é fundamental descrever a localização geográfica onde estava situada a freguesia das Umburanas, na Bahia, no século XIX e assim explorar o contexto histórico em que as mulheres estavam inseridas, acessando aspectos socioculturais daquela sociedade, a partir dos inventários, livros de notas e livros eclesiásticos de terras investigados.

Iniciamos a pesquisa acessando o Arquivo Público Municipal de Cachoeira (APMC) onde foram identificadas as caixas 230 e 231, nelas estando localizados todos os inventários referentes à freguesia de N. S. do Resgate das Umburanas. Dentre os processos presentes, dezessete inventários estavam referidos a mulheres como inventariadas, ou seja, que estavam legando bens para herdeiros. No mesmo arquivo, foram analisados dois livros de notas, contento neles, o total 202 registros de compra, venda ou de doação, os livros correspondem ao período de 1839 – 1848 e de 1848 - 1864.

Pesquisamos os Registros Paroquiais de Terras no Arquivo Público da Bahia. Neste, identificamos o Livro n° 4823, com limites temporais de 1858 e 1859, referente à Freguesia de Umburanas. Os registros paroquiais de terras, documento que surgiu no bojo da Lei de Terras de 1850, apresentam informações sobre a posse de terras. Neles, constatamos a real posse das terras, uma vez que nesses documentos obrigatoriamente deveriam ser mencionadas a localização, o tamanho e o detentor (a) da posse.

Foram catalogados 138 registros de terras, sendo eles, em compra, venda ou doação. Na documentação analisada foram comercializados escravizados, terras, sítios, arrendamentos de propriedades e recebimento de herança e de doação. Do número de 138 registros, três correspondem a doações. Dos 202 registros dos livros de notas, foram encontradas doze doações.

Além de usarmos os registros de doações dos livros de notas e eclesiásticos de terras, buscamos por doações nos inventários da freguesia estudada. Ao analisar os inventários, demos ênfase aos inventários onde mulheres se tornaram inventariantes, sendo um total de dezessete inventários. Dos dezessete inventários analisados, encontramos dois inventários com doações realizadas.

Para entender a forma como as mulheres estavam submetidas, foi necessário também, analisar o período em diversas esferas, tomando como ponto inicial o patriarcalismo e as formas de dominação. Por este motivo, trouxemos à discussão o matrimônio e as formas de como era conduzido, tendo em vista as estratégias das famílias para a efetivação dessa instituição, bem como a relação entre marido e mulher e a criação dos filhos.

Mencionar o matrimônio também é falar da fé católica e sua influência na vida das mulheres. Decerto que a Igreja, como instituição de poder, exercia formas para que as mulheres se submetessem a padrões cristãos, sendo eles, a maneira de manipular os comportamentos sociais, tornando as mulheres seres obedientes e subservientes aos homens.

É importante salientar que, neste trabalho, estamos abordando mulheres que foram pequenas e médias proprietárias de terra e que exerceram na ausência de seus maridos o controle das terras e de escravizados. Portanto, eram mulheres livres e detentores de posses, embora não pudessem ser classificadas necessariamente como membros de uma elite econômica. Além disso, é importante destacar que o poder e controle que estas mulheres obtiveram foi circunstancial e limitado pelo patriarcado. No entanto, esta mesma estrutura patriarcal também foi moldada e limitada pelas exigências de uma região da Bahia marcada pelo clima sertanejo e por uma economia – agricultura e pecuária – voltada para o mercado interno.

Contexto histórico, desenvolvimento econômico, social e administrativo da freguesia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas no século XIX.

Nossa Senhora do Resgate das Umburanas é atualmente o município de Antônio Cardoso[3], na Bahia. A toponímia antiga une dois costumes da época colonial que os portugueses utilizavam para denominar núcleos de povoamento que formavam na colônia brasileira: um

[3] *O município de Antônio Cardoso dista a 144 km da capital baiana Salvador, faz parte do território de identidade Portal do Sertão e da Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana, cidade distante a 30 km. Tendo como vias de acesso a BR-116 (sentido sul) e a BA-599, o município ocupa uma área de 294,45km²; de acordo com o recenseamento de 2013, a população perfaz 12.206 habitantes. A economia é baseada no pequeno comércio, na agricultura e na pecuária familiares.*

nome de tradição religiosa[4] e outro da cultura indígena, especificamente do tronco linguístico tupi-guarani, que os missionários da Companhia de Jesus dedicaram-se a estudar e sistematizar o idioma desde os primeiros anos da sua chegada, por volta de 1530.

A devoção a Nossa Senhora do Resgate faz parte do processo luso de expansão ultramarina e seus domínios no oriente (Índia). Os relatos religiosos contam que no ano de 1524, uma tripulação comandada pelo conhecido navegador Vasco da Gama chegou na cidade de Cochin, na ilha de Vallapadan, na Índia; lá edificaram uma capela, colocando nela um quadro com a imagem de Nossa Senhora, que havia sido trazido na viagem.[5]

No ano de 1676, a área em que estava a capela foi acometida por uma enchente, fazendo desaparecer o quadro com a imagem de Nossa Senhora, o qual foi localizado tempos depois. O primeiro ministro de Cochin doou outra área para que fosse construída uma nova igreja e guardasse o quadro "resgatado".[6]

Em 1752, um milagre é atribuído. O relato religioso conta que uma família escapou de um naufrágio na ilha de Vallapadan e perante a situação uma mulher evocou à Virgem para que salvasse sua vida e a de seu filho. Apesar de a embarcação ter afundado, a mulher e o filho foram resgatados três dias após o naufrágio, sendo içados por uma rede de pescadores. O resgate só ocorreu depois de um padre relatar ter sonhado com a Virgem indicando-lhe o local exato em que estavam as vítimas.[7]

Surge assim, não em Portugal ou em qualquer outro território europeu fervorosamente católico do início da Idade Moderna, mas na Índia, onde era majoritário o hinduísmo, o culto a Nossa Senhora do Resgate. Esse culto atravessaria o *além-mar* com os missionários jesuítas e passaria a ser praticado nas demais possessões portuguesas, inclusive no Brasil.[8]

Umburanas. Como já mencionei acima, trata-se de uma palavra do tronco linguístico tupi que é formada a partir da combinação de duas palavras *umbu*[9] = que faz brotar água ou que

4 Era comum na tradição colonizadora portuguesa nomear núcleos de povoamento em referência a santidades católicas. Com o Recôncavo baiano não foi diferente: freguesia de Nossa Senhora do Porto da Cachoeira (atual Cachoeira), Nossa Senhora da Conceição, freguesia de Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Santo Amaro da Purificação, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, entre outras.

5 Podemos ver esse relato em: Arautos do Evangelho. Disponível em http://blogdodeiber.blogspot.com/2017/04/105-nossa-senhora-do-resgate.html. Último acesso em: 28 de jan. 2023.

6 Idem

7 Idem

8 Na cidade de Salvador há a paroquia de Nossa Senhora do Resgate, fundada em 1983, localizada no bairro do Cabula. Mas a história da capela dedicada a Santa é do século XVII, quando Natal de Cascão, que recebeu terras do conde da Castanheira construiu a capela de Nossa Senhora do Resgate, onde hoje encontra-se o referido bairro.

9 Ver em: Projeto bem Diverso. Umbu. Disponível em: https://bemdiverso.org.br/especies/umbu/ Último acesso em: 30 de jan. 2023.

dá de beber + *rana*[10] = semelhante, parecido. Em tradução livre podemos entender o significado de umburana como *semelhante a dar água*.

A razão pela escolha do nome como forma de batizar o local se deu pela presença das umburanas, imburanas, ou ainda, amburana, árvore que tem como nome científico *commiphora leptophloeos*, nativa dos biomas brasileiros da caatinga e pantanal, bem como, no chaco (biomas típicos Argentina e do Peru) que têm suas sementes utilizadas na perfumaria e a aplicação da madeira na carpintaria.[11]

Em nosso local de investigação, a devoção a Nossa Senhora do Resgate remonta ao século XIX, no início da fase imperial. Em 1823, o vigário da freguesia de Santo Estevão do Jacuípe (atual cidade de Santo Estevão) solicitou ao Arcebispado da Província da Bahia autorização para criar uma capela que seria denominada Nossa Senhora do Resgate, em terras da fazenda Cavaco.[12] No local havia muitos pés de umburanas, resultou, assim, o nome Nossa Senhora do Resgate das Umburanas.

***

Feitas as ressalvas que explicam etimologicamente o local de estudo, partimos para a contextualização histórica. De modo breve, é importante inserir o lugar pesquisado em uma realidade ampla, com isso, entenderemos sua relação com as estruturas políticas e econômicas que envolviam o Brasil colônia e a continuidade destas no Império, fase política na qual nosso estudo se insere.

No primeiro quartel do século XVII, após o fim da União das Coroas Ibéricas, a dinastia portuguesa, doravante comandada pelos Bragança, passava a adotar políticas mais eficientes de colonização e controle do domínio colonial. Foi nesse período que intensificou o fenômeno da interiorização do território brasileiro para além da costa atlântica. A história da freguesia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas confunde-se nesse processo de interiorização colonial.

A partir de 1640, especificamente o território onde surgiria, no século XIX, N.S do Resgate das Umburanas, passa a receber as influências diretas da colonização. O português

---

[10] RANA = Adjetivo: semelhante, parecido, o que parece mas ·não é igual, pseudo, mal feito, tosco, grosseiro . f' .: oposto a eté . Ex : aba-rana : coisa que, parece homem, .mas não .é .. Em tupinambá é rã . Cf. CARVALHO, 1987, p. 267.

[11] UNIVERSIDADE FEDERAL DO SEMI-ÁRIDO. Imburana: informações gerais. https://projetocaatinga.ufersa.edu.br/imburana/ Último acesso em: 29 de já. 2023.

12 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). História de Antônio Cardoso – BA (cidades). Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/antonio-cardoso/historico Último acesso em: 29 de jan. 2023.

João Peixoto Viegas, então tesoureiro real, assumira a tarefa de colonizar e explorar os sertões, procurando riquezas e submetendo indígenas, neste caso, os Payayá, que habitavam terras do Recôncavo baiano em direção ao Sertão.[13]

No final do século XVII, a configuração territorial dos domínios de João Peixoto Viegas começou a se transformar, resultado da aceleração do parcelamento das terras da sesmaria, formando diversas fazendas, mas também propriedades de médio e pequeno porte dedicadas à pecuária e à agricultura diversificada.[14]

É com esse fenômeno de multiplicação de propriedades agrícolas na região que se desenvolveria no século XIX, na porção da sesmaria denominada Jacuípe, a freguesia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas. Nessa época já havia formado no local algumas fazendas pecuaristas e havia pequenas povoações com população diversa, envolvendo indígenas, negros e brancos.

A exploração, porém, sem rápida ocupação efetiva do território se deu no século XVII e mais intensamente no século XVIII. Dentre as fazendas que já havia na região estava a fazenda Santo Estevão (atual Santo Estevão Velho), que já se formara no local por volta de 1690, por iniciativa do padre jesuíta José de Aragão e Araújo, ordenado em Cachoeira, que edificou uma capela de palha em invocação a Santo Estevão.[15]

Tempos depois, José da Costa Almeida, outro padre da mesma ordem, assumiu a capela, mas no ano de 1739. Após a região sofrer com fortes secas, o padre se retira do local, leva a imagem e todo o rebanho para alguns quilômetros distantes, atitude que gerou inconformismo e resistência dos fiéis.[16]

---

13 No século XVII, João Peixoto Viegas se destacava como um dos grandes sertanistas controlando a sesmaria das Itapororocas, Jacuípe e Água Fria, as quais se localizavam entre os morgados da Casa da Torre, de Garcia Sousa d´Ávila e a Casa da Ponte, dominada por Antônio Guedes de Brito e seus herdeiros. Ver em: ANDRADE, 1990; GALVÃO, 1982.

14 Considero aqui como propriedades de médio porte aqueles que possuem dimensão abaixo de 100 tarefas de terras e pequeno porte aquelas que não ultrapassam dez tarefas. Sobre o parcelamento das terras da sesmaria de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria consultar: GALVÃO, 1982; REIS, 2014.

15 A intenção jesuítica seria de povoamento, pois geralmente a presença de uma capela atrairia pessoas para o entorno que passavam a se estabelecer no local, como também de catequização da já reduzida população indígena payayá, que resistia em habitar a região.

16 As informações apresentadas neste parágrafo e no parágrafo anterior e no parágrafo seguinte já foram reproduzidas em algumas pesquisas sobre a região e encontram-se em sites que descrevem a história do município de Antônio Cardoso; originalmente estão contidas nos escritos do padre e historiógrafo monsenhor Renato Galvão, que pesquisou em fontes eclesiásticas da paróquia de Santana da Feira (Feira de Santana) e da paróquia de Nossa Senhora do Rosário (Cachoeira). A história de inconformismo dos fieis sobre a mudança do padre é reproduzida até os dias atuais pela memória da população local. Não cabe aqui alongar nesse tema, mas de um modo geral os fieis resistiram a atitude do padre trazendo sempre a imagem de volta para a antiga capela. A história sobre esse acontecimento pode ser encontrada em: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ***História de Antônio Cardoso – BA*** *(cidades). Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/antonio-cardoso/historico Último acesso em: 29 de jan. 2023.*

Como já apresentado, foi apenas no século XIX que foi erigida a capela m invocação a Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, com a expectativa de resolver definitivamente a antiga querela iniciada desde quando o padre José da Costa Almeida resolveu retirar-se.

O território que se formou a freguesia de Umburanas está localizado na zona de transição entre o oeste do Recôncavo e o Agreste baiano. Ao Norte, fazia parte de uma área que era genericamente denominada de sesmaria do Jacuípe. Ao Sul, integrava o que se chamavam de "campos da Cachoeira", compondo a *hinterlândia*,[17] ou seja, área de influência da vila, depois da então denominada cidade de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, que atuava como importante entreposto do Recôncavo nos séculos XVII a XIX.

O mapa abaixo destaca as principais freguesias do oeste do Recôncavo no século XIX que estava sob influência administrativa da cidade de Cachoeira:

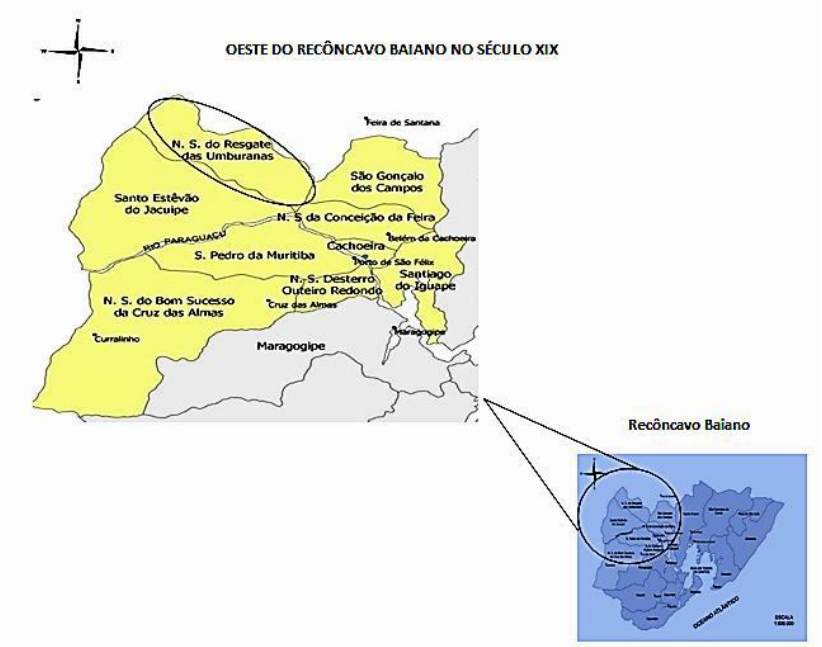

Figura 1 – Destaco no mapa principal da freguesia de N. S. do Resgate das Umburanas. Adaptado de ROCHA, Uelton Freitas. *Recôncavas fortunas*... Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA): Salvador, 2015, p. 84. Escala aproximada 1:800.000.

A delimitação territorial acompanhada da formação administrativa de N.S. Resgate das Umburanas ocorreu em 1843, ano que foi criada a freguesia subordinada a vila de São Gonçalo dos Campos, que por sua vez integrava o termo de Cachoeira.[18]

A exploração econômica se concentrou através da criação de animais como bovinos, ovinos, caprinos e equinos e a policultura, onde eram desenvolvidas lavouras de algodão, fumo,

[17]*Tomei de empréstimo aqui o termo hinterlândia usado por: MATTOSO, 1978; 1983.*
[18]*Idem.*

feijão, mandioca e milho, gêneros que abasteciam o mercado local e regional e que contribuíram para o funcionamento da economia agroexportadora. Com as informações coletadas nos inventários, que explorei mais adiante, percebo indícios da prática dessa modalidade agropecuária.

Conforme Aline Santana dos Santos Rocha (2016) a mão de obra de escravizados baseava essa economia diversificada de Umburanas. Força de trabalho nas propriedades rurais, os escravizados trabalhavam nas lavouras, na criação e no ambiente doméstico. Muitos eram provenientes da própria região e alguns poucos tinham como origem o continente africano. Em Umburanas predominava uma pequena concentração de escravos, geralmente não alcançavam uma dezena ou, quando chegavam a mais de dez, não ultrapassavam duas dezenas de trabalhadores/as escravizados/as em posse de cada senhor/senhora.[19]

Infelizmente, não possuímos dados demográficos possíveis de oferecer informações sobre o perfil da população da freguesia de Umburanas na primeira metade do século XIX, pois o primeiro censo ocorrido no Brasil data de 1872. Contudo, ao coletar informações em registros de batismos descrevo, ao menos de modo aproximado, a realidade demográfica entre as décadas de 1840 a 1890.

Diante do contexto que acabo de descrever sobre a freguesia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, adentraremos nos tópicos seguintes nas questões que envolvem a participação de mulheres nessa dinâmica social, levando em consideração o espaço e o tempo estudados.

Na Freguesia Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, no período que corresponde a 1840 a 1890, as mulheres compunham a sociedade de maneira ativa estando presentes nos documentos oficiais da freguesia, tais como os inventários, arrolamentos e partilhas; registros cartoriais de compra e venda de bens móveis, imóveis, semoventes; e registros paroquiais de terras, batismos e casamentos.

O primeiro questionamento que levantamos é a questão racial, embora essa informação não conste nos autos, tudo leva a acreditar que a falta desta informação para o período é sintomática. O sumiço da cor nos registros oficiais parece ter feito parte da realidade brasileira da segunda metade do século XIX, tal fenômeno foi observado por Hebe Mattos (1998), que estudou o contexto econômico escravocrata no sudeste escravagista:

[19]*Com as informações levantadas a partir do estudo das avaliações dos bens listadas nos inventários tornou-se possível perceber a concentração da mão de obra escrava para cada proprietário/a e a partir dos dados delinear um perfil em torno da posse.*

> O sumiço do registro da cor consiste num dos processos mais intrigantes ocorridos no século XIX a partir do ponto de vista do pesquisador. Todos que tentaram trabalhar com a história do negro, após o fim do cativeiro já se decepcionaram com a quase impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos crime até mesmo com processos cíveis. (MATTOS, 1998. p, 97).

Para Mattos, há limitação em definir questões raciais em documentos do período oitocentista, pois houve o desaparecimento da cor nos registros. Essa constatação também é válida para Umburanas, visto que não encontrei nos inventários a cor das mulheres que pesquisei e nem de sua família.

Mesmo que os inventários não tragam a informação da cor, é possível, após uma análise histórica, identificar que famílias com terras, gados e lavouras, principais símbolos de riqueza da época, se tratavam de famílias com prestígio econômico, político e social. Como os inventários não nos trazem informações sobre a cor dessas mulheres, não posso afirmar de modo inconteste sobre sua cor, mesmo que estas detiveram posses muitas vezes restritas à camada de pessoas de cor branca da sociedade.

A dominação masculina e o patriarcado

No Brasil, as mulheres do século XIX estavam inseridas em uma realidade social e cultural constituída pelo protagonismo do homem e por uma elite estruturada pelo patriarcalismo[20] que muito se assemelha à dominação masculina estudada por Pierre Bourdieu

20 Conforme Heleieth Saffioti Gênero, patriarcado e violência: o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contamina toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. A liberdade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada (SAFFIOTI, Heleieth 2015, p. 135). O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de *gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/ marido, "neutralizando" a exploração-dominação masculina (SAFFIOTI, Heleieth 2015, p. 144).*

(2012) na região da Argélia, denominada Cabília, lugar onde a perspectiva masculina era tomada como medida para todas as coisas. O autor procurou entender a dimensão simbólica da dominação masculina tendo em vista que a forma simbólica estava relacionada à estrutura de pensamento. Pierre Bourdieu, assim, procurou historicizar a dominação masculina que parece natural tanto nas estruturas do pensamento quanto nas práticas que passaram a ser naturalizadas, vista como comum e normal, motivo pelo qual perde força de contestação, até mesmo, por mulheres.

Bourdieu propõe que as coisas que julgamos como naturais e verdadeiras, precisam ser historicizadas, em virtude de ter começo e princípio. Ao entender que a Cabília é o local onde as tradições estão enraizadas no presente e no cotidiano, o autor passa a compreender os signos que dão primazia ao masculino. A organização de toda aquela sociedade tanto do conhecimento como das práticas dava-se por meio de um princípio binário, ou seja, dicotômico, que coincide nas formas de pensamentos, nas práticas e rituais de conceber o mundo como uma posição e uma dicotomia. É justamente nessa posição e nessa dicotomia que Bourdieu insere a categoria feminina e masculina. Assim, como se fosse a ideia de positivo – masculino; feminino – negativo, sendo ambas oposições, onde feminino seria a falta do masculino.

Nessa sociedade a mulher era definida apenas como falta, isto é, como uma entidade negativa. Isso, evidentemente, não está presente apenas na sociedade Cabília, mas em vários outros contextos sociais. De acordo com Bourdieu, em berbere (povo da Cabília) tudo que se refere ao feminino vem no diminutivo, como forma de diminuir o espaço da mulher, simbolicamente não se diminui o espaço verbalizando ações, mas através dos símbolos: pela roupa que ela utiliza e pela forma como o homem a trata na rua. O que a faz pensar que aquele lugar não é seu espaço.

Para Ana Silva (2013), os termos “patriarcado”, “submissão” e “família” formavam o conjunto que caracterizava o “lar doce lar” da sociedade brasileira. Nessa concepção, o lar, como lugar harmônico e feliz, era alcançado com a chegada de filhos. Por este motivo ser mãe devia ser um atributo indissociável da essência feminina. Concomitante a isso, para o homem, ter filhos era sinônimo de virilidade e garantia de herdeiros.

A grande diferença de idade entre a mulher e o homem dentro do casamento, reforça o que Bourdieu (2012) denominou de dominação masculina. A dominação masculina manifestada através de casamento precoce reforçava o poder do patriarca.

Conforme Eni Mesquita Samara (1989), o chefe da família detinha a autoridade quase que absoluta sobre a esposa e filhos, tendo a mulher atuação mais restrita e tradicional da família. Após o casamento, as mulheres deixavam de ser tutela do pai e passavam a ser do

marido, cuidando dos filhos e da casa: *O chefe do clã ou grupo de parentes cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a honra da família, exercendo sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes sob a área de sua influência (SAMARA, 1989, p. 16).*

O que se esperava das mulheres dentro do seio familiar:

> A incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços. Percebe-se que ambos preenchiam papéis de igual importância, mas desiguais no teor da responsabilidade. (SAMARA, 1989, p. 107)

O patriarca exercia a responsabilidade de administrar o patrimônio, no momento em que a mulher estava sendo preparada e inserida no ambiente doméstico para desempenhar funções antagônicas a do esposo, pois o trabalho de gerenciamento dos bens estava para os homens, enquanto as mulheres cuidavam da casa, dos filhos e da religiosidade da família, visto que interceder em prol da família estava a cargo da esposa.

Na sociedade patriarcal onde essas mulheres estavam inseridas, a influência religiosa como forma de dominação e poder no patriarcado moldava suas ações e controlava os indivíduos. De acordo com o discurso religioso, a subordinação da mulher em prol da dominação do homem excede o individual, estando fundamentada na tradição e nos costumes. Na Bíblia, nos livros de Paulo e I Timóteo (2:11-15) aborda-se o comportamento que as mulheres devem se ater no culto:

> A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na santificação.

Os discursos e práticas religiosas mais tradicionais reforçaram a concepção de casamento como união indissolúvel, conforme os planos de Deus. Tendo como lugar para estreitamento de laços, a família, como o centro da dignidade, ambiente que reproduz raízes do patriarcado e dissemina no seio doméstico, laboral e escolar. Essa influência pode ser percebida nos inventários. Dos inventários que busquei analisar, apenas um documento tem como inventariante uma mulher, ela, irmã da falecida, pelo fato da inventariada não ter tido filhos e ser viúva (APMC, 1848-1855). Caso contrário, o inventariante seria o esposo, filho mais velho ou o genro. O que é muito comum para o período.

Durante a vida adulta, esperava-se que o homem para ser bom, devia ser antes de tudo viril. A virilidade estava entrelaçada à sua honra:

> A virilidade, em seu aspecto ético, isto é, enquanto quididade do *vir, virtus,* questão de honra (nif), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente um homem. (BOURDIEU, 2012, p. 20).

O homem devia ter e fazer herdeiros para garantir a continuidade de sua família, pois o homem sem herdeiros era considerado homem sem honra, deixando sua linhagem morrer junto a ele. Além disso, havia a necessidade de provar a virilidade casando-se com uma mulher e engravidando-a logo em seguida, para assim, ser considerado *homem de verdade.*

> O trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente *performativa* de nominação que oriente e estruture as *representações,* a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que se caracteriza pertencer ao outro gênero – e em particular todas as virtualidades biologicamente inscritas no "perverso polimorfo" que, se dermos crédito a Freud, toda criança é – para produzir artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina (BOURDIEU, 2012, p. 33).

Percebe-se o quanto a dominação masculina afeta o homem e a mulher, os homens são cobrados para assumir a liderança, virilidade e superioridade, enquanto a mulher exerce uma função secundária e subalterna.

> Como se a feminilidade se medisse pela arte de "se fazer pequena" (o feminino, em berbere, vem sempre em diminutivo), mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de *cerco invisível* (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo – enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos (BOURDIEU, 2012, p. 39).

O autor trabalha a estrutura de pensamento que norteia a visão sobre masculinidade e a feminilidade — condições de pensamentos que são compartilhadas nos diversos setores da sociedade e nas variadas fases e instituições que estão enraizadas de modo que estabelecem parâmetros de masculino e feminino, dirigindo-os a espaços que devem ser ocupados pelos corpos. Sendo que os sofrimentos dos corpos femininos são extremos.

Assim, a dominação masculina é resultante das violências simbólicas construídas para que mulheres sejam diminuídas em favor da superioridade masculina que deliberam poderes sobre os dominados de maneira a atribuir aos corpos femininos opressões que legitimam através

dos símbolos que as ensinaram a reagir de modo consciente no que se esperava do corpo feminino diante a dominação masculina.

Mary del Priori (2004), em seus estudos sobre as mulheres no Brasil ainda no período colonial, destaca a necessidade de se desenvolver investigações sobre o cotidiano de mulheres brancas, negras e indígenas, confrontando a historiografia clássica e hegemônica, baseada em autoritarismo e sexismo, negligenciando seu protagonismo ou relegando as mulheres à posição de objeto, de criatura frágil, sem instrução, ou até mesmo, em alguns estudos do medievo, a responsável pelos males da sociedade, segundo os dogmas religiosos. A historiografia, portanto, vem demonstrando que as mulheres, mesmo em processo de submissão, nunca estiveram ausentes da história.

Apesar de a história ser feita por homens e mulheres, até então o protagonismo masculino é que recebeu destaque e, por isso, são por eles constituídas as regras que por muito tempo foram impostas às mulheres. A partir dessa perspectiva, torna-se possível percebermos o ambiente em que as mulheres estavam inseridas no período e espaço estudado.

Na Bahia, conforme Márcia Maria da Silva Barreiros Leite (1997), a preocupação com a instituição matrimonial era evidente, pois se pensava em um casamento digno, entre pessoas tidas como "iguais", do mesmo nível e pensamentos de classe, raça e religião semelhantes. Para que ocorresse dentro da "dignidade" esperada, o dote se tornou essencial:

> A família, como agente transmissor do legado material, era parte integrante desse processo, articulando os indivíduos socialmente através do dote ou ofício. Para os casamentos convergiam, portanto, os interesses de ascensão social e as alianças de conveniência que implicavam em provável aumento ou perpetuação das fortunas através das gerações. (SAMARA, 1989, p. 135)

A preocupação em manter ou elevar o *status* social era percebida com o dote, até porque, o dote também exercia interesse de ascensão às famílias. Por este motivo, visto que, o destino das meninas era o casamento, já se pensava desde cedo em um parente ou político importante para o acúmulo de riquezas, prestígio e influência na sociedade, todavia, era fundamental que a moça tivesse enxoval e dote.

Essa tradição constituiu as famílias com vistas ao poder aquisitivo e econômico, já que com a valorização das terras a posse dessa riqueza estava associada ao poder econômico e reconhecimento social. Por esse motivo, para um "bom casamento" a moça necessitava de um

bom dote. Com o passar dos anos, o dote passou a ser menos visto nos documentos de doação e partilhas.[21]

O dote nas Umburanas

Nos inventários analisados da Freguesia Nossa Senhora do Resgate das Umburanas encontramos doações e dotes descritos nos quinhões de alguns herdeiros. No inventário da senhora Maria Bernarda de Jesus (APMC, 1844-1844, fl. 6), no quinhão de sua filha Antônia Siríaca casada com Antônio Carvalho de Santa Ana, consta como dote oferecido ao seu esposo uma potra avaliada em 30$000. Valor que não foi incluído no quinhão da herdeira.

Antônio Carvalho de Santa Ana recebeu por "cabeça do casal" os bens de Antônia Siríaca, sua esposa, foram eles: Metade de uma égua 15$000; uma parte da quantia que foi avaliado o escravizado Apolinário, crioulinho avaliado em 150$000, sendo 25$802 de cada herdeiro; a quantia de 18$777 em dinheiro, mais a quantia de 1$760, referente ao escravizado Manoel Jesus (APMC, 1844-1844, fl. 14).

Embora a prática do dote fosse recorrente durante a colônia, essa tradição foi percebida no século XIX, também na sociedade de Xique-Xique, na Bahia, nos anos de 1813 e 1850. De acordo com Elisângela Oliveira Ferreira (2008), as famílias de pequenos e médios lavradores e criadores aparecem concedendo bens as suas filhas:

> [...] Entre os seis inventários que já tinham filhas casadas, em dois deles ficou clara a concessão de dotes e em três casos que não mencionam um dos cônjuges já havia falecido, podendo significar que as filhas casaram-se em posse de uma legítima ou que os dotes foram reincorporados por completo ao patrimônio familiar. Apenas com relação a uma família foi possível deduzir que não houve concessão de dote. (FERREIRA, 2008, p. 282)

Conforme Ferreira (2008, p. 283), a prática dotal foi decrescida a passos lentos:

> De 1871 a 1887, entre as 14 famílias que tinham filhas casadas nos inventários, oito haviam-nas dotado, quatro não e em dois casos as filhas talvez estivessem na posse de uma das legítimas. Olhando novamente do ponto de vista das filhas, entre 41 delas que já estavam casadas, 24 receberam dotes, 11 casaram-se sem dotes e seis talvez já tivessem herdado. Entretanto, apenas na última década do século XIX é que foi possível comprovar que o

[21] *A tese central da obra de Muriel Nazzari, no livro Desaparecimento do Dote, 2001. Kátia Mattoso (1992) discorrendo sobre a província da Bahia nos traz explicações sobre o funcionamento do pacto dotal, uma prática estabelecida como forma de manter uma renda ou um dote. O pacto dotal era dado pelos pais para que a mulher tivesse sua renda própria, que devia ser usada nas pequenas despesas – o pacto dotal foi abolido em 1835, junto com o morgadio. O pacto dotal se tornou muito frequente no Brasil colonial e se pendurou pelo início do império.*

> costume em relação à prática do dote estava mudando. Entre 1888 e 1899, 50% das famílias que tiveram bens inventariados não haviam dotado suas filhas (15 entre 30 casos); entre as demais, com relação a dez famílias foi possível verificar que houve realmente dotação, quatro se tratavam de inventariados viúvos, ou seja, da possibilidade de casamento com posse de herança e um último caso nada foi possível saber. Nesta época, entre as 61 mulheres casadas, 25 não receberam dotes, 20 receberam e 15 talvez tenham casado de posse da herança de um dos pais.

O dote foi uma prática um tanto quanto recorrente em Xique-Xique, como foi dito anteriormente, o dote exercia função importante, pois foi o meio de manter e ampliar as alianças familiares, econômicas, políticas e sociais. Mas com o passar dos anos, foi-se perdendo a prática no cotidiano. Saliento que, embora a autora estude outro contexto e região, a explicação dada por Ferreira, seja válida para Umburanas.

Durante o século XIX, para a Freguesia Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, foram encontradas doações feitas para genros e filhas. Observando os livros eclesiásticos de terras e registros de compras e vendas encontrei informações pertinentes aos dados sobre o pacto dotal.

Foi identificado nos livros eclesiásticos de terras da Freguesia das Umburanas o nome de Manoel Lopes de Oliveira, adquirindo uma sorte de terras na Fazenda do Poço, sorte de terra denominada de Coroá contendo 390 braças. Metade da propriedade foi adquirida por compra, outra parte por herança e outra metade foi recebida por doação do senhor João Ferreira da Silva Macedo (APEB, 1858-1859, fl. 29).

Já sabemos que um terço das 390 braças recebidas por Manoel Lopes de Oliveira é resultado da doação feita por seu sogro João Ferreira da Silva Macedo. Chamamos atenção para este registro. O dote não era uma prática recorrente durante o século XIX, mas podemos perceber que poucas foram as famílias que ainda praticavam a cultura dotal. No livro eclesiástico de terras existe o número de 128 registros, porém apenas 02 registros correspondem às aquisições por doação. Especulamos que ambos fazem referência aos dotes concedidos aos futuros maridos das filhas.

Tenho, também, Francisco Gomes do Livramento registrando 85 braças de terras na Fazenda Porteiras. Sendo que 55 braças foram recebidas por herança de sua sogra Francisca Maria de Paula, enquanto trinta braças foram de doação feita por sua sogra Francisca Maria de Paula (APEB, 1858-1859, fl. 14-14v).

No tocante aos livros de compra e venda também foram identificadas doações. Foi mencionada a senhora Alexandra Gomes de Oliveira concedendo a seu genro Joaquim de Oliveira Lomba o escravizado Francisco, com idade de dois anos, avaliado em 800$000;

Manoel Joaquim Dias concedeu a Ivonete Ferreira Maria do Espírito Santo, a escravizada Joaquina com idade de dezessete anos, avaliada em 290$000; Manoel Marques Dias e sua mulher Clemencia Maria de Jesus concedeu a sua filha Jerônima Maria de Jesus o escravizado Jozé crioulo[22] (valor ilegível); Manoel Velório Dias concedeu a Gonsalo Manoel Pereira de Miranda um sítio avaliado em 200$000; José de Cerqueira Mascarenhas e sua mulher Alexandrina Maria de São José concedeu a seu genro Thomas Ferreira da Silva e Anna Rita de Cerqueira, filha do casal, o escravizado Francisco crioulo de 22 anos, avaliado em 300$000; e, Serafim Anjos Pereira Lima concede a Ângelo Serafim dos Anjos Ferreira Lima o escravizado Manoel de quatro anos de idade, avaliado em 180$000 (APMC, 1848-1864, fl. 20 v)[23].

O senhor Manoel Joaquim Dias, concedeu a sua filha Ivonete Ferreira Maria do Espírito Santo, a escravizada Joaquina com idade de 17 anos, avaliada em 290$000 (APMC, 1848-1864, fl. 54). Não foi registrado o nome do genro ou esposo, o que nos leva a acreditar que Ivonete Ferreira Maria do Espírito Santo recebeu um pacto dotal para pagamento das suas dívidas futuras, ou até mesmo uma antecipação de herança.

Do mesmo modo foi com o senhor José de Cerqueira Mascarenhas e sua esposa Alexandrina Maria de São José que aparece concedendo a seu genro Thomas Ferreira da Silva e a sua filha Anna Rita de Cerqueira o escravizado Francisco crioulo de 22 anos, avaliado em 300$000 (APMC, 1848-1864, fl. 8 v -9). Provavelmente como maneira de contribuir com o sustento da filha, e, também, como forma de assegurar o pagamento de possíveis dívidas ou até mesmo, um valor extra, caso ela ficasse viúva. Também encontramos em outro livro de notas, um registro de doação datado em 02 de dezembro de 1847, em nome do senhor Luís Dias Netto e sua esposa Vivência Rofina de São Domingos doando para sua neta Maria dos Anjos casada com Manoel José da Silva a escrava Herdade (APMC, 1839-1848, fl. 26 v).

Samara (1989) nos explica que o dote tinha duas finalidades: amparo na viuvez e para custear as despesas com o casamento, sendo que o marido recebia a incumbência de administrar o dote. Uma vez o dote recebido, a mulher só teria acesso aos bens após a morte do cônjuge. De acordo com o Livro IV, Título 95, do Código Filipino de 1603, com origem em Portugal, se manteve no Brasil até 1916, a lei designava que o marido ocupava a "chefia do casal", e que somente após a viuvez a mulher ocuparia a posição de "chefe da casa".

Ainda conforme Samara (1989), em caso de morte da mulher, os bens recebidos por dote seriam distribuídos entre os filhos. Em casos dos filhos menores de idade, os bens ficavam

[22] *"Os escravos nascidos no Brasil, verdadeiros falantes do português, indiferentemente chamados de crioulos [...]" (MATTOSO, 2016, p. 133).*
[23] *As fontes deixam a entender que as doações se tratavam de dotes, pois a partilha indicava que determinado bem ou valor em dinheiro foram dados antes do matrimônio.*

sob administração paterna até que se emancipassem ou casassem. Na falta de filhos o dote passava para o marido, caso a inventariada fosse viúva, todos os seus bens passariam para o parente mais próximo. Aos filhos casados cabia administrar os bens recebidos por dote ou legítima, cuidar da lavoura, já os menos favorecidos tentavam fazer a sua própria fortuna caso nada recebesse dos pais.

Considerações finais

Pensar as mulheres proprietárias de terras e de escravizados na cidade de Umburanas no século XIX, é entender as formas que elas se relacionavam; como viviam e quais estratégias usavam perante à Igreja, à justiça, como os poderes que instituíam a essas mulheres obrigações que as sujeitavam a um contorno patriarcal, numa sociedade limitante e conservadora. Apesar dos vários óbices, as mulheres usavam estratégias para driblar o que foi imposto e alcançar também o seu lugar na sociedade. Estas estratégias só foram possíveis devido as especificardes de uma estrutura patriarcal característica de uma região distante do litoral e de uma agricultura ou pecuária voltada para exportação, ou seja, o sertão da Bahia.

Estas mulheres viviam em uma época em que a religiosidade falava mais alto, cooperando com o sistema patriarcal que as cercavam. Conhecendo o lugar e o tempo em que estavam inseridas, respeitavam os bons costumes e as boas condutas. No entanto, a ausência do patriarca (pai ou esposo) da propriedade em busca de novas terras ou por morte, assim como de autoridades religiosas, possibilitava-as vivenciarem espaços de poder normalmente negados às mulheres de elite.

Ainda na juventude as mulheres recebiam seus dotes, dado pelos seus pais, quando já se arquitetava o casamento. O dote era ofertado como forma de contribuir com as despesas futuras. Esse bem só era tomado em caso de viuvez, momento em que todos os bens passavam à administração da mulher, tornando-a cabeça do ciclo familiar, responsável pela casa, pelos filhos, escravizados, propriedades e negócios. Dessa forma, o dote foi, de certa forma, um instrumento que concedeu poder a estas mulheres proprietárias que não se eximiram de oprimir mulheres, homens e crianças escravizadas.

A participação das mulheres não estava restrita aos ditames de submissão, pelo contrário, vimos que não apenas a mulher viúva, mas a filha, a tia, a irmã, a mãe e avó buscaram atender seus interesses mediante investimentos que para elas e sua família se tornaram importantes.

Fontes

APEB. Seção de arquivo Colonial/Províncial. Livro Eclesiástico de Terras Umburanas: 1848-1849. nº 4823.

CACHOEIRA (BA). Arquivo Público Municipal de Cachoeira. Livro de Notas (1848-1864).

CACHOEIRA (BA). Arquivo Público Municipal de Cachoeira. Livro de Notas, (1839-1848).

APMC. Seção: Poder Judiciário. Série: Inventários. Inventário de Anna Joaquina da Conceição 1848-1855. Classificação: 02/230/230/2644

APMC. Seção: Poder Judiciário. Série: Inventários. Inventário de Maria Bernarda de Jesus 1844-1844. Classificação: 02/231/231/2653.

Referências bibliográficas

BÍBLIA. Novo Testamento. Tradução: João Ferreira de Almeida. A cerca dos velhos e viúvas. (I Timóteo, 5: 3-7). 2. ed.,rev. e cor. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras**: trajetórias familiares e uso do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2008.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, Cultura e Lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930**. Salvador: [*s.n.*] 1997.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX**: uma Província no Império. Tradução: Yedda de Macedo Soares. 2. ed. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**: séculos XVI-XIX / Katia M. de Queirós Mattoso; tradução de Sonia Furhrnann. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PRIORI, Mary del (org.). **História das Mulheres no Brasil.** Carla Bassanezi Pinsky (coor. de textos). 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

ROCHA, Aline S. dos Santos. **Escravidão e Liberdade no ―sertão das Umburanas‖ (1850/1888).** Feira de Santana: EdUEFS, 2016.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. **São Paulo, Século XIX.** São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

Submetido em: 30/11/2024

Aceito em : 28/01/2025